

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 118

O **Diretor-Presidente do Instituto Itajaí Sustentável - INIS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n. 337, de 20 de dezembro de 2018, e,

CONSIDERANDO que a área patrimonial do Parque Natural Municipal do Atalaia é de tutela, administração, jurisdição e gestão do Instituto Itajaí Sustentável - INIS, conforme as diretrizes do artigo 3º, do Decreto Municipal n. 8.107, de 25 de janeiro de 2007, que criou o Parque Natural Municipal do Atalaia;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 4.933, de 08 de outubro de 2007, que criou o Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia, órgão consultivo, de assessoramento superior, que tem por finalidade estudar, propor, colaborar, promover e participar da política de gestão do Parque Natural Municipal do Atalaia;

CONSIDERANDO que compete ao conselho de unidade de conservação manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos, nos moldes do art. 20, inciso VIII, do Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia propôs ao Instituto Itajaí Sustentável – INIS, através do Ofício n. 012/2019/CPNMA, a regulamentação dos procedimentos para manifestação do Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia, nos processos de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer os procedimentos para manifestação do Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia, nos processos de licenciamento ambiental potencialmente causadores de impacto no Parque Natural Municipal do Atalaia, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos,



RESOLVE:

Art. 1º - O processo será submetido ao Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia, através de documento oficial, emitido pelo Diretor Presidente e, ou, pelo Diretor de Licenciamento e Fiscalização Ambiental do Instituto Itajaí Sustentável, instruído com os seguintes documentos:

I – Parecer técnico de vistoria da área, emitido pelo Instituto Itajaí Sustentável, com registros fotográficos, que indique a existência, ou não, de cursos d'água, de Áreas de Preservação Permanente - APP, de remanescentes florestais, bem como outras informações pertinentes;

II – Consulta prévia válida, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

III – Cópias dos documentos pessoais do Requerente, tais como RG, CPF ou CNPJ;

IV – Certidão atualizada, máximo 90 dias, do Cartório de Registro de Imóveis;

V – Projeto arquitetônico ou projeto de implantação com quadro de áreas, quando couber;

VI – Projeto de sombreamento e inventário florestal/florístico/fitossociológico, quando couber;

VII – Outros documentos pertinentes que possam fundamentar a manifestação do Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia;

Art. 2º - O processo será submetido ao Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes da Reunião Ordinária, conforme cronograma pré estabelecido, desde que solicitado ao Instituto Itajaí Sustentável com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia poderá, quando necessário:

I – Solicitar documentação complementar para fundamentar a manifestação do processo, podendo também concluir pela insuficiência de dados para posicionamento concreto;



II – Solicitar o apoio dos Analistas Ambientais do Instituto Itajaí Sustentável a fim de esclarecer eventuais dúvidas sobre o processo;

III – Solicitar o apoio dos responsáveis técnicos pela elaboração dos estudos ambientais do processo, a fim de esclarecer eventuais dúvidas sobre os processos respectivos.

Art. 4º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Itajaí, 17 de agosto de 2021



VILSON SANDRINI FILHO
Diretor-Presidente